

## EDITORIAL

**Juliana Melo**

**Julie Cavignac**

**Carlos Guilherme O. Valle**

Na edição 56 da *Vivência, Revista de Antropologia*, abordamos temas clássicos da disciplina que são, ao mesmo tempo, atuais, necessários e mercedores de maior aprofundamento. Em um mundo em que a crise humanitária aumenta vertiginosamente, que direitos são sistematicamente violados, é mais do que urgente refletir sobre questões que envolvem o fluxo de pessoas e os processos de deslocamento (forçados ou não) pelos quais passam. Nesse número, além do dossiê dedicado à migração, os artigos do fluxo contínuo abordam problemas de sociedade que atravessam a política brasileira, eventos que ocuparam o cenário nacional desde 2016: o *Impeachment*, os movimentos sociais, as questões de gênero, a mídia, os embates judiciais, etc. Temos, ainda, etnografias que versam sobre práticas, saberes e ações: a cura feita por uma pajé no Baixo Amazonas, a aprendizagem musical e o processo de regência numa escola de música do Rio de Janeiro, a performance e o trabalho dos *dealers* no mundo do jogo, nos casinos portugueses, escândalos midiáticos que revelam posicionamentos políticos, mulheres de diversos movimentos sociais em defesa de direitos. Ao todo, são quinze artigos que abordam uma realidade multifacetada e refletem problemas já presentes na véspera do mundo conhecer uma crise sem precedente.

O Dossiê *Mobilidades e fronteiras: perspectivas antropológicas de gênero, sexualidade e suas interseções*, organizado por Angela Facundo Navia, professora Adjunta do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natália Corazza Padovani, pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e professora dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas e Camila Esguerra Muelle, pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Gênero (GIEG) da Universidade Nacional da Colômbia, traz à tona essas questões, ainda que não se restrinja à dimensão dos refugiados.

Em termos gerais, o dossiê tem alguns eixos centrais. Em primeiro lugar, o crescimento da mobilidade humana durante as últimas décadas. Os autores mostram como esse processo se inscreve num processo histórico; não se trata de uma nova dinâmica global, já que remonta às invasões coloniais e regimes de segregação modernos que deram origem aos Estados-Nacionais contemporâneos e instauraram ordens planetárias de desigualdade em relação ao direito à terra, à mobilidade e às condições de vida digna. A leitura dos artigos sugere ainda que a

mobilidade contemporânea, em sua relação com a fase mais atual do capitalismo e o aumento no caráter forçado de muitos dos processos migratórios, tem características próprias, que devem ser analisadas e pensadas em suas particularidades.

Outra contribuição do dossiê é, ainda, frisar que as fronteiras dos Estados-Nacionais, tanto as externas quanto as internas, estão constantemente sendo construídas e informadas por dinâmicas locais e transnacionais, bem como pelas diversas categorias sociais da diferença, como classe, gênero, sexualidade, idade, raça, capacitismo, origem ou pertencimento étnico/religioso, entre outros. Desse modo, esses indexadores produzem sujeitos localizados de maneira diferente e assimétrica a partir de categorias de precariedade, escassez e, por vezes, criminalidade. Não obstante, é preciso observar como, a despeito de experiências trágicas, esses sujeitos transcendem essas condições e indexadores. Nesse sentido, essas pessoas – grande parcela são mulheres e crianças –, ao se deslocarem pelo mundo (forçadas ou não), são motivadas pelo desejo de uma vida digna ou simplesmente pela sobrevivência – que é o primeiro ato de resistência que temos que considerar, como pontua Toledo de Souza (2014). Nesse processo, criam formas de resistência, representação e desobediência. E têm suas vidas marcadas não só pelas tragédias e crises, mas também pela esperança, agência e luta para acessar a direitos elementares e assegurar uma vida digna.

Como estratégia narrativa, mais do que apresentar experiências distantes sobre esses processos e seus atravessamentos, o dossiê apresenta casos concretos e pessoas cujas histórias de vida são encarnadas. E assim conhecemos um pouco das histórias de Isadora, Dora e Rita; de mães de filhos bolivianos identificados como autistas; de mulheres quilombolas do Vale do Jequitinhonha mineiro e de Telma, que reflete sobre sua condição de pesquisadora, antropóloga e mulher no desenvolver de sua pesquisa etnográfica. Em termos pontuais, em *Autismo e maternidade migrante: psicopatologizando relações em mobilidade*, Alexandre Branco Pereira fornece reflexões sobre questões impostas a pessoas em mobilidade, por um lado, e, por outro, aborda a perspectiva dos sujeitos destacados por serviços do Estado e da sociedade civil para dar conta desses fluxos em seus locais de chegada. Debate, especificamente, os crescentes encaminhamentos de crianças e adolescentes imigrantes, em especial bolivianas, realizados por escolas de São Paulo para Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenis (CAPS-IJ) por suspeita de possuírem alguma das muitas gradações do Transtorno do Espectro Autista. Entre outras questões, demonstra como o fenômeno dos encaminhamentos feitos pelas escolas aos CAPS-IJ de crianças imigrantes por suspeita de autismo é multifacetado, interseccional e relacional, como a maior parte dos fenômenos ligados às mobilidades e à condição humana. O artigo *As pessoas “perigosas” e “suspeitas” e as pessoas “criminosas” nas normativas migratórias brasileiras*, de Lucia Sestokas, por sua

vez, trata do deslocamento de pessoas no Brasil identificadas a partir da noção de pessoa “perigosa” ou “suspeita” e analisa, de forma densa, categorias normativas brasileiras a esse respeito. Faz uma análise etnográfica de uma audiência criminal de uma pessoa não brasileira processada por tráfico de drogas internacional em São Paulo e evidencia, entre outras questões, como as pessoas em conflito com a lei não constituem uma categoria uniforme. Isto é, no processo criminal, para além de condenada ou absolvida, a pessoa pode ser considerada como “perigosa”, ou “parte do crime organizado”, em contraste com “de menor potencial ofensivo”, “vítima de grupo criminoso”, “traficada”, “mula”, etc. A forma como se é considerada no processo criminal, por sua vez, tem impacto não só no andamento do processo criminal mas também no processo migratório, podendo influenciar no acesso à regularização migratória e na possibilidade de revogação, ou não, da expulsão. Em *Decote e hijab nas notas da etnografia com mulheres do conflito sírio no Brasil*, Mirian Alves de Souza aborda a questão das mulheres refugiadas em virtude do conflito na Síria. Entre outros aspectos, as narrativas apresentadas buscam romper com uma imagem visual das mulheres refugiadas como eternamente vulneráveis ou oprimidas pela “cultura”, reconhecendo sua agência e descrevendo outras dinâmicas de poder interseccional. Dialoga e contribui para a literatura ao romper com uma narrativa homogênea sobre as refugiadas como corpos que precisam ser salvos, problematizando certos discursos humanitários. Mostra ainda que, ao tratar as mulheres como um todo unificado, sem referência à classe, educação, devoção ou outros fatores relevantes, os discursos humanitários reproduzem estereótipos que reduzem a complexidade da experiência do refúgio a um “problema cultural”. Em *Da Liberdade de Isadora: circuitos afetivos entre crises, políticas e fronteiras*, de Jullyane Carvalho Ribeiro, é abordado o governo das mobilidades e dos afetos das/entre as pessoas refugiadas na cidade de São Paulo. Além de tratar da justaposição entre práticas de assistência e práticas de controle em algumas das políticas destinadas a essas populações nos últimos cinco anos, a autora reflete sobre a produção de crises e soluções administrativas alinhavadas às vidas de Dora e Isadora, mãe e filha, solicitantes de refúgio provenientes de Angola. Os trânsitos de Dora e Isadora, transformados em crise, de outro modo, permitem uma reflexão sobre o momento em que aparatos de controle de fronteiras e aparatos de controle das relações familiares se sobrepõem. O artigo *Eu teria ficado em prisão perpétua com ela: afeto e agência na travessia por uma penitenciária feminina no Marrocos*, de Nathalia Ferreira Gonçalves e Montserrat Valle Prada, trata da história de Rita, detida na cidade espanhola de Ceuta e, posteriormente, encarcerada no Centro Penitenciário feminino de Tetuão. A travessia de Rita cria o cenário onde são cartografadas algumas relações que perpassam circulações transnacionais e significados dos muros entre as pessoas que habitam as bordas hispano-marroquinas. Na prisão, Rita conhece Nai-

ma e o vínculo entre elas funda uma agência a partir da qual podem se recompor da cruenta cotidianidade prisional e imaginar um futuro a dois. No texto *Trilhas femininas: leves pegadas ao ritmo da expropriação no contexto do Alto Vale do Jequitinhonha mineiro*, Silva, Santos e Rech tentam entender o papel social que a migração – sobretudo a migração feminina – tem tido na estruturação do modo de vida da comunidade Quilombola Monte Alegre, no município de Veredinha, em Minas Gerais. Identifica a migração como uma forma de resistência da comunidade e, ao mesmo tempo, como um processo de transformação do modo de ser e de viver do grupo. Por sua vez, Telma de Sousa Bemerguy, em *Corpos em choque no “mundo”: sobre viagens, fronteiras e os desafios do “entre-lugar”*, por fim, propõe uma experimentação narrativa que conduz o leitor a visualizar e a sentir na própria etnografia a forma como nossas trajetórias, nossos corpos, nossas marcas e nossos medos delimitam pesquisas antropológicas sobre fronteiras, movimentos e experiências de mobilidade. Isto é: como podemos reinserir narrativamente nossos corpos no mundo? Como podemos fazê-lo, levando em conta tanto às “viagens” que nos constituem como sujeitas, quanto como mulheres antropólogas? Além dos confrontos, deslizos e tensionamentos marcados pelo gênero/sexualidade vividos em seu trabalho de campo, a autora busca identificar e transformar essas zonas de tensão em um dado de pesquisa sobre os imaginários e esquemas de interpretação masculinos sobre as viagens e as estradas, mobilizando-as para acessar elementos que parecem constituir uma teoria etnográfica genderizada/sexualizada dos movimentos pela fronteira em expansão.

Além do dossiê, há também artigos de fluxo contínuo que convidam a outras reflexões sobre aspectos menos conflituosos. Assim, o artigo *O campo do visível e invisível à performance de cura espiritual: um ensaio analítico sobre atendimentos de uma pajé caboclo em Santarém/PA*, de Dárnisson Viana Silva, descreve a *performance* de uma terapeuta tradicional num sítio urbano do município de Santarém, no oeste do Estado do Pará, na região do Baixo Amazonas. A observação dos atendimentos dos pacientes mostra que há modelos de persuasão, um sistema de interpretação dos sinais da doença e que operadores performativos são acionados durante as práticas de “cura espiritual” e que esses elementos possibilitam a eficácia terapêutica da cura. O artigo *O regente sem orquestra: notas de uma etnografia da audição*, de Tamara de Souza Campos, de outro modo, apresenta uma pesquisa etnográfica sobre mundos e paisagens sonoras a partir da trajetória de um maestro de orquestra numa escola de Música da Universidade Federal no Rio de Janeiro. A dimensão tátil da regência deixa aparecer uma corporificação da música, da melodia e dos ritmos. A *performance* produz imagens sonoras durante a execução musical. *A banca é o meu palco!: jogadores e dealers num casino em Portugal*, de autoria de João Gomes, apresenta situações de interação e estratégias performativas entre os jogadores e os *dealers*

responsáveis das bancas de um casino português famoso. Em um artigo versando sobre a atualidade política recente, são abordadas situações que revelam um Brasil agitado por questões sociais – em particular o gênero – que se expressam no plano da luta das ideias, da judicialização dos movimentos sociais e dos embates midiáticos: *Misoginia e estereótipos de gênero na construção da imagem pública de Dilma Rousseff*, de autoria de Elizabeth Christina de Andrade Lima, analisa como a imagem pública da presidenta deposta em 2016 foi se constituindo a partir de uma clivagem de gênero que aparece em momentos de suas campanhas, durante seu governo e durante o processo de *impeachment*. Ao final, conclui-se que a imagem pública de Dilma Rousseff foi entrecortada pela construção estereotipada do gênero feminino e que muito da violência a ela dirigida foi de natureza misógina.

Retomamos a parceria estabelecida entre a *Vivência: Revista de Antropologia* e a *Associação Brasileira de Antropologia (ABA)* para os ganhadores do Prêmio Lévi-Strauss, que é voltado para graduandas(os) e recém-graduadas(os) orientadas(os) por antropólogas(os) associadas(os). A premiação ocorreu durante a 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, que foi realizada pela primeira vez em modo virtual, em 2020. Publicamos o artigo *Disputando categorias: os embates e as narrativas políticas/militantes, midiáticas e jurídicas em torno de um caso público*, de autoria de Ana Carolina Braga Azevedo, aluna de graduação em Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, que foi orientada pela Profa. Heloisa Buarque de Almeida. A autora, segunda classificada no concurso, apresenta uma reflexão sobre um caso polêmico de acusação e apologia de estupro que envolve um ator que, posteriormente, se candidatou como deputado federal pelo Partido Social Liberal (PSL), durante um programa de televisão e militantes feministas ligadas ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e ao Partido dos Trabalhadores (PT). Propõe uma análise circunstanciada das narrativas midiáticas, políticas/militantes e jurídicas que foram produzidas a partir da acusação de apologia ao estupro.

O número encerra com o ensaio fotográfico *Mulheres em Marcha: cartografia fotográfica e afetiva de movimentos de mulheres*, de Cecília Moreyra de Figueiredo. São quatorze retratos de mulheres que participaram de manifestações em quatro capitais brasileiras, entre 2018 e 2019, e que defendem pautas emergentes, além das reivindicações feministas: defesa da democracia, combates antirracistas, agroecologia, defesa dos territórios tradicionais, direito à terra, meio ambiente, etc. Imagens de luta e de esperança de um mundo melhor.

Fica, portanto, o convite à leitura!